



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Brasília/DF, 02 de agosto de 2011

Aditamento à ata da audiência pública “Avaliação dos Programas Federais
de Respeito à Diversidade Sexual nas Escolas”

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão/PFDC, em atenção à solicitação do Procurador da República Ailton Benedito de Souza nos termos do ofício PR/GO nº 4468/2011, aprova o seguinte aditamento à ata da audiência pública “Avaliação dos Programas Federais de Respeito à Diversidade Sexual nas Escolas”, realizada em 03 de maio de 2011, na Procuradoria Geral da República.

Onde lê-se:

“Ao final da audiência, o Procurador SERGIO GARDENGHI SUIAMA buscou sistematizar todas as contribuições e manifestações apresentadas nos seguintes “considerandos”: (...)

d) juntamente com os aspectos de saúde pública, devem ser considerados os aspectos de cidadania e de enfrentamento da exclusão escolar causado pela homofobia e pelo preconceito. Os professores JANE BELTRÃO, FERNANDO SEFFNER, e PAULA RIBEIRO, o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e as instituições UNESCO, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA e ABGLT enfatizaram bastante o fato de que o preconceito contra crianças e adolescentes cujo comportamento não siga os padrões heteronormativos vigentes é causa de exclusão escolar, o que contraria a ideia de que a escola deve ser um espaço inclusivo. Os mesmos participantes enfatizaram que a educação é muito mais do que a mera transmissão de conteúdos, devendo as políticas públicas na área terem também a preocupação com uma formação pluralista, e que considere os aspectos de igualdade e diversidade presentes na sociedade;

Leia-se:

“Ao final da audiência, o Procurador SERGIO GARDENGHI SUIAMA buscou sistematizar todas

as contribuições e manifestações apresentadas nos seguintes “considerandos”: (...)

d) juntamente com os aspectos de saúde pública, devem ser considerados os aspectos de cidadania e de enfrentamento da exclusão escolar causado pela homofobia e pelo preconceito. Os professores JANE BELTRÃO, FERNANDO SEFFNER, e PAULA RIBEIRO, o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e as instituições UNESCO, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA e ABGLT enfatizaram bastante o fato de que o preconceito contra crianças e adolescentes cujo comportamento não siga os padrões heteronormativos vigentes é causa de exclusão escolar, o que contraria a ideia de que a escola deve ser um espaço inclusivo. Os mesmos participantes enfatizaram que a educação é muito mais do que a mera transmissão de conteúdos, devendo as políticas públicas na área terem também a preocupação com uma formação pluralista, e que considere os aspectos de igualdade e diversidade presentes na sociedade; **AILTON BENEDITO DE SOUZA enfatizou ainda que a escola deve ser valorizada como um ambiente de respeito e tolerância das diferenças, no qual as pessoas não devem ser discriminadas, por sua origem, religião, cor, sexo, raça, etc;**

GILDA PEREIRA DE CARVALHO

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão